



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Curso Superior de Licenciatura em Geografia

LUCAS LUÃN CORREIA PINTO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BONITO-PE NA PRÁTICA
PEDAGÓGICA DO PROFESSOR**

Recife - Pernambuco

2022

LUCAS LUÃN CORREIA PINTO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BONITO-PE: A PRÁTICA
PEDAGÓGICA DO PROFESSOR**

Monografia apresentada como requisito final do Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, para obtenção do título de Licenciado em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Moraes Valença

Recife
2022

Catálogo na fonte: Danielle Castro da Silva CRB4/1457

P659e
2022

Pinto, Lucas Luân Correia

A Educação Ambiental do Município de Bonito - PE: a prática pedagógica do professor.
/ Lucas Luân Correia Pinto. --- Recife: O autor, 2022.
62f. il. Color.

Trabalho de Conclusão (Curso Superior de Licenciatura em Geografia) – Instituto
Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

Inclui Referências e Apêndice.

Orientador: Professor Dr. Marcos Moraes Valença.

1. Geografia - Ensino-aprendizagem. 2. Professores. 3. Políticas educacionais. 4.
Educação Ambiental. I. Valença, Marcos Moraes (orientador). II. Instituto Federal de
Pernambuco. IV. Título.

CDD 910 (21ed.)

LUCAS LUÃN CORREIA PINTO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BONITO-PE: A PRÁTICA
PEDAGÓGICA DO PROFESSOR**

Trabalho aprovado. Recife, 10, fevereiro de 2022.

Profº Dr. Marcos Moraes Valença
Orientador

Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso
Examinador Externo

Nielson da Silva Bezerra
Examinado Interno

Local - Recife

Ano - 2022

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada entre os meses de novembro (2021) e janeiro (2022), possui como objetivo identificar e analisar a Educação Ambiental produzida pelos professores de Geografia e de Educação Ambiental do município de Bonito-PE, que se destaca por ser o primeiro município do Brasil a adquirir os direitos à natureza e ter como potencial a sua influência nas belezas naturais como os parques ecológicos que influenciam diretamente na sua ligação com a Educação Ambiental, para que consiga motivar as escolas públicas do município em se informarem mais com seu meio ambiente natural. Sendo assim, o município, abraçado por essa razão natural, consegue produzir um trabalho de destaque para a educação formal e não formal. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, realizada através da análise de documentos curriculares – como o Parâmetro Curricular Nacional; a Base Comum Curricular; e o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada. Foram realizadas entrevistas, efetuadas de forma remota, fazendo-se uso das plataformas do Google por conta da Pandemia do Covid-19, com professores do ensino Fundamental Anos finais, das disciplinas de Geografia e de Educação Ambiental. Constatamos em nosso trabalho que não há, na escola, uma diretriz para a inserção dessa temática – Educação Ambiental – no dia a dia da instituição, apesar de compartilhar com alguns de seus princípios. Observamos, também, que existe o esforço de se trabalhar a dimensão ambiental por parte dos professores, porém não existe muitos incentivos por parte da Secretaria de Educação que não contribui para haver uma ligação entre a mesma e a Secretaria de Meio Ambiente para que haja a inserção da temática e projetos com as escolas da rede pública de Bonito-PE. Os docentes não foram preparados para trabalhar a Educação Ambiental, quer seja nas faculdades que cursaram, quer seja em programas de formação continuada, não podendo dar suporte necessário aos seus alunos. A pesquisa mostra que as práticas e políticas educacionais de Educação Ambiental desenvolvidas em que se mostram com caráter específico e se distanciam das recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, por não serem executadas de forma transversal e contínua.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Ensino-Aprendizagem; Professores; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This research was done between November 2021 and January 2022 and has the objective of identifying and analyzing environmental education ministered by the Geography and Environmental Education teachers in the city of Bonito, Pernambuco. The city, known for being the first one in Brazil to have natural rights and potential influence on the natural beauties like ecological parks, has a direct connection with environmental education – in order to spread information about the environment in the city's public schools. Thus, the fact that the city is surrounded by this natural reason results in prominent outcomes for formal and informal education. The qualitative methodology was executed through an analysis of curricular documentation, such as the National Curricular Parameters, the Common Curricular Basis, and the Political Pedagogical Project of the studied school. For that intent and considering the Covid-19 pandemic scenario, online interviews with Geography and Environmental Education teachers of veteran Elementary students were hosted through Google platforms. During the process, we have noticed that the studied school does not include directives related to the matter (Environmental education) on people's routines, even though it aligns with some of the principles of the topic. We have also observed that the enrolled teachers strive to share more about environmental subjects, but there is no visible encouragement from the Secretary of Education, which does not make efforts to collaborate with the Secretary of Environmental Education to develop projects related to the theme in Bonito's public schools. Teachers have not been prepared to go over the topic, neither during their graduation nor through continuing education, so they cannot give enough support to students when going over environmental education. The research shows that the developed educational practices and politics of Environmental Education are too specific and distant from the National Curricular Parameters' recommendations since they are not executed transversally and continuously.

Keywords: Environmental Education; Teaching-Learning process; Teachers; Educational Politics.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O MUNICÍPIO DE BONITO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	14
3. REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	20
3.2 ENSINO-APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	24
4. METODOLOGIA	28
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
5.1 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DOS DOCUMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30
5.1.1 Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais	31
5.1.2 Análise da Base Nacional Comum Curricular	34
5.1.3 Análise do Projeto Político Pedagógico	37
5.2 PRÁTICAS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR PROFESSORES DO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - DESAFIOS E POSSIBILIDADES	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Oficina Audiovisual	13
Figura 2 - Semana da Água – Apresentação de Peça Teatral	14
Figura 3 - Trilhas Ecopedagógicas pelas Unidades de Conservação (Mucuri – Hymalaia e Mata da Chuva)	14
Figura 4 - Exposição Fotográfica Itinerante	15
Figura 5 - Projeto de Hortas Orgânicas nas Escolas	15
Figura 6 - Participação na Formação de gestores e Professores	16

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, estamos vivenciando um período de grandes crises na humanidade e no meio ambiente causadas pelo estilo de vida capitalista humano, onde o consumismo se molda através do desejo insaciável e da exploração dos recursos naturais.

Estamos certos do quanto o caminho em que tomamos é errado e do quanto uma mudança é necessária. Nos dias de hoje, podemos perceber que todos os problemas voltados ao Meio Ambiente estão se convergindo e se interligando, causando efeitos uns aos outros. Por isso, o foco não é apenas mais nos meios físicos naturais, mas podemos levantar a questão socioambiental no qual é mais ampla e profunda ao ponto de ter uma complexidade mensurada.

Ao observar o contexto ambiental atual, a população vivencia uma grande crise no meio ambiente. Para isso, Hans Jonas retrata, de forma clara, que: “nunca houve tanto poder ligado com tão pouca orientação para seu uso. Precisamos mais de educação, quanto menos cremos nela” (MELLO, et al. 2007).

Sabendo disso, todas as escolhas dos seres humanos, sejam elas de caráter econômico, político, social, ético ou religioso, se espelham no meio ambiente. Com isso, esse é um momento de extrema importância para a solidariedade, criticidade e a conscientização estarem presentes nas escolas. O espaço escolar contribui com valores muito importantes, para que haja a reprodução da ação e reflexão e dos valores éticos, concordando com Loureiro (2005) que afirma que os conhecimentos construídos devem contribuir para a emancipação e para a transformação de uma sociedade com mais sentimentos de empatia.

Por essa razão, a Educação é um ponto chave para criar a ética, os valores, as boas condutas e atitudes que se dirijam para a construção do pensamento crítico do meio ambiente. Sendo assim, FREIRE (1983) demonstra toda relevância de se reforçar a politicidade do ato de educar, de maneira que a construção humana depende da consciência coletiva em favor do bem comum, através do compromisso, ideia de preservação, transformação da sociedade e do planeta em um local mais

agradável de morar. Assim, deseja-se que com o poder da educação faça-se nascer o desejo de buscar novas condutas efetivas para o meio ambiente.

E para que isso aconteça, precisamos entender, a partir da definição de PHILIPPI e PELICONI (2014), a Educação Ambiental é a preparação dos sujeitos para uma análise crítica e para o exercício coletivo disciplinadora, ou transformadora do sistema, de forma a tornar possível o desenvolvimento integral dos seres humanos.

Defendemos em nossa pesquisa que a Educação Ambiental quando se torna crítica emancipa os indivíduos e os torna agentes democratizadores no poder de decisão de acesso aos bens naturais. Por isso, conseguimos investir em pessoas que participem nos exercícios da cidadania, para que sejam sujeitos nos quais se solidarizam ao meio ambiente e assim se ressignificam nas questões ambientais e resgatam o conceito de práxis para que esta seja associada à educação.

Dessa forma, a Educação Ambiental se apresenta como uma condição importante, na compreensão do indivíduo sobre as problemáticas ambientais e na aquisição de novos comportamentos e atitudes (FERRARO, 2005). O processo da educação escolar é de suma relevância na formação de indivíduos críticos e responsáveis pela transformação socioambiental. Logo, a Educação ambiental mostra-se garantida na Constituição do Estado de Pernambuco onde diz, em seu capítulo IV, artigo 209:

Incumbe ao poder público promover a Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, de maneira integrada e multidisciplinar, inclusive a Educação Ambiental da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (PERNAMBUCO, 1999).

Confirmando, assim, seu caráter significativo, multidisciplinar e determinante no ensino e aprendizagem, para a formação de cidadãos críticos e participativos, na defesa do meio que vivemos.

A partir disso, a motivação para essa pesquisa foi gerada por meio das experiências vividas durante a graduação de Licenciatura em Geografia, com a disciplina de Estratégias de Educação Ambiental, e dentre outras que abordam essa

temática. Destaca-se, também, a nossa vivência da Residência Pedagógica, onde foi percebida a importância da Educação Ambiental na Educação Básica.

Selecionamos o município de Bonito – Pernambuco como campo de pesquisa por se destacar como um grande espaço de meio ambiente natural, por sua influência ecoturística e pela sua conquista dos direitos da natureza – que são aprofundados no capítulo posterior –, para saber como é a relação da Educação Ambiental entre as escolas, os professores e as Secretarias do município.

Sendo assim, nos preocupamos em investigar os conteúdos da EA escolar que surgem para os professores, na perspectiva de realizar interconexões com todas as áreas da aprendizagem, no sentido de constituir um saber no qual se pode utilizar na forma de instrumento dialético para garantir um ambiente saudável.

Diante disso, as seguintes questões surgem: Como os professores lidam diariamente com os desafios do ensino-aprendizagem da educação ambiental? Como se dá a relação entre os projetos desenvolvidos na educação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural, os professores de Geografia e de Educação Ambiental do município de Bonito-PE e quais as contribuições que essa Instituição gestora da pasta do meio ambiente vem propiciando à prática pedagógica desse corpo docente?

Logo, acreditamos que existam práticas e políticas educacionais, no contexto das disciplinas de Geografia e de Educação Ambiental, sendo desenvolvidas com situações e problemas do cotidiano, fazendo com que o aluno analise a sua situação atual, em frente à Educação Ambiental.

Assim, essa pesquisa mostra-se relevante, em frente ao contexto atual, pois todas as práticas de educação, que envolvam o meio ambiente e sua sustentabilidade, conseguem assumir um importantíssimo dever para a transformação do sujeito, visualizando à transformação das condutas e comportamentos, com ênfase em defender o meio ambiente, para a qualidade de vida atual e aprimorar para as futuras gerações. Precisamos de algo para ressoar, refletir aquilo que somos e que dialogue com o mundo em que vivemos.

Contudo, a pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as políticas públicas e a Educação Ambiental produzida pelos professores de Geografia e de Educação Ambiental do município de Bonito-PE.

E como objetivos específicos pretende-se:

- Identificar e analisar as práticas pedagógicas escolar para o ensino de Educação Ambiental;
- Identificar e analisar as dificuldades no ensino de Educação Ambiental apontadas pelos professores;
- Analisar os documentos: Projeto Político Pedagógico, PCN e BNCC e relacionar com a prática pedagógica dos professores;
- Identificar e analisar a relação dos professores de geografia e de educação ambiental com os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente.

No primeiro capítulo, o município de Bonito e a Educação Ambiental, abordamos o município de Bonito-PE (o campo da pesquisa) como destaque e apresentando suas características, o trabalho que é feito a favor da Educação Ambiental, seja ela formal e não formal e as atividades ecoturísticas que o município desenvolve.

O segundo capítulo trata-se do referencial teórico que está dividido em dois subcapítulos: primeiro subcapítulo (Educação Ambiental e as políticas públicas) traz a Educação Ambiental desde os primeiros momentos que foi oficializada mundialmente e quando de fato foi percebida através de leis, a sua importância para as presentes e futuras gerações. E por fim, como se apresenta nas políticas públicas brasileiras. No segundo subcapítulo (Ensino-aprendizagem da Educação Ambiental) revelamos como a EA se apresenta em meio ao campo escolar, como se desenvolve o ensino-aprendizagem. Trazendo autores e conceitos da EA para fundamentar a pesquisa e algumas contribuições de orientações curriculares.

No terceiro capítulo, Metodologia, descrevemos a maneira pela qual desvelamos o objeto pesquisado, bem como os procedimentos metodológicos que orientaram o processo de construção da pesquisa e o norte que tomamos para

chegar nos resultados.

A apresentação e análise dos resultados constituem a temática do quinto capítulo, no qual apresentamos os resultados da pesquisa, divididos em dois subcapítulos: primeiro a análise dos documentos curriculares (PCNs, BNCC, e PPP da escola). E no segundo subcapítulo a análise detalhada das falas dos professores e seus conhecimentos em relação à Educação Ambiental e ao seu ensino, correlacionando com os documentos curriculares, como também, os autores do referencial teórico analisados e a relação da prática escolar com a Secretaria do Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural.

Por fim, apresentamos as considerações finais a partir do que a pesquisa revelou, o que encontramos nos documentos curriculares, as práticas apresentadas pelos professores, assim como as dificuldades e a relação da Secretaria do Meio Ambiente Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural com as práticas e políticas educacionais pedagógicas da EA.

2. O MUNICÍPIO DE BONITO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O município de Bonito, situado no Agreste Pernambucano, limita-Norte de Camocim de São Félix, Sairé e Barra de Guabiraba, ao Sul Palmares e Catende, ao Leste Cortês e Joaquim Nabuco e a Oeste de São Joaquim do Monte e Belém de Maria, com área total de 480 km² (PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO-PE, 2021).

O município tem grandes atratividades nas práticas ecoturísticas que atraem muitos visitantes a fim de visitar a cidade para as práticas turísticas ambientais, seja nas cachoeiras, riachos, serras, vales, mirantes, fauna e afloramentos rochosos, que atraem visitantes de várias localidades.

Nesse sentido, como mostra na figura 1 o reconhecimento de suas áreas naturais, o município passou por mudanças em suas Políticas de Educação Ambiental, como a inserção da lei orgânica do município de Bonito-PE, que aposta na Educação Ambiental e no ecoturismo, sendo reformulada para o “reconhecimento da natureza”. Dessa maneira, Bonito tornou-se a primeira cidade do Brasil a incorporar esse regulamento, dando os direitos de sua própria natureza. Esse conceito aparece crescendo no mundo e se desenvolvendo com a contribuição das Organizações das Nações Unidas (ONU), reconhecendo a proteção das águas e da natureza (PERNAMBUCO, 2019).

Com isso, a origem do conceito em dar base legal aos direitos à Natureza vem da constituição do Equador, mostrando-se pioneira, validando desde o ano de 2008 os direitos da natureza em seu território. Como mostra o artigo 10 da Constituição Equatoriana, que diz: “Indivíduos, comunidades, povos, nacionalidades e coletivos são titulares e gozarão dos direitos garantidos na constituição e nos instrumentos internacionais. A natureza estará sujeita aos direitos reconhecidos pela Constituição.” Reconhecendo notoriamente a Natureza sendo titular dos direitos, assim como as pessoas e a coletividade.

Deste modo, a “Função Judicial” do Equador reconhece um rio como sujeito que recebe direitos, bem como o município de Bonito-PE, mostrando-se, então, pioneiro no Brasil a apresentar os rios e a natureza como possuidores dos mesmos direitos que as pessoas.

Sendo assim, constata-se, neste município, a prática de uma atual realidade em que deixa a cidade sendo a primeira do País a desenvolver a questão ambiental,

e fortalecer a responsabilidade da prática de gestores em integrar os direitos da natureza na lei orgânica do município, verificando um plano diretor a consolidar qualquer tipo de penalidade aos descumpridores ambientais, ou seja, garantindo o recebimento dos recursos federais com o intuito de consolidar os projetos que envolve a Educação Ambiental no município, entre outras medidas (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2018).

Destaca-se, portanto, o trabalho em Educação Ambiental que vem sendo desenvolvido pelo município de Bonito - Pernambuco, espaço de natureza e turismo. Bonito evidencia um grande potencial para as práticas ecoturísticas, devido às suas imensas maravilhas naturais como: cachoeiras, reservas naturais e trilhas ecológicas, que contribuem para o desenvolvimento do turismo visando atividades de conservação dos limites das cachoeiras (DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO, 1994).

Diante disso, evidencia-se, também, o ensino formal e não formal que as escolas do município de Bonito-PE, com a parceria do Setor de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, vêm desenvolvendo atividades de visitação às Unidades de Conservação de Bonito-PE, através do projeto permanente do Departamento de Educação Ambiental municipal. Já como exemplo do ensino não formal, são ofertadas oficinas Audiovisuais que abordam temas ambientais, para formação de representantes das escolas, são produzidos vídeos/documentários com o intuito de apresentar o Cine Ambiental, que consiste num concurso de Vídeos sobre determinado tema estabelecido no Calendário Ambiental distribuídos nas escolas; é promovida a Semana da água, com uma apresentação para 500 alunos; também é desenvolvido o projeto Permanente de Trilhas Eco-pedagógicas nas Unidades de Conservação (Mucuri – Hymalaia e Mata da Chuva; destaca-se, também, o passeio Fotográfico de Natureza para gerar exposição fotográfica itinerante; e por fim, o projeto de Hortas Orgânicas nas Escolas. Contudo, tais projetos surgem com o intuito de despertar ainda mais o senso humanitário, a fim de interligar o aluno à natureza. A seguir, apresentamos as imagens de alguns projetos citados:

Figura 1 - Oficina Audiovisual



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Bonito – Pernambuco (2019)

Figura 2 - Semana da Água – Apresentação de Peça Teatral



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Bonito – Pernambuco (2019)

Figura 3 - Trilhas Ecopedagógicas pelas Unidades de Conservação (Mucuri – Hymalaia e Mata da Chuva)



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Bonito – Pernambuco (2019)

Figura 4 - Exposição Fotográfica Itinerante



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Bonito – Pernambuco (2019)

Figura 5 - Projeto de Hortas Orgânicas nas Escolas



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Bonito – Pernambuco (2017)

Figura 6 - Participação na Formação de gestores e Professores



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Bonito – Pernambuco (2017)

Ao que se refere à educação formal, pode-se dizer que o município de Bonito-PE engloba a importância da Educação Ambiental em suas práticas escolares, como também de autonomia para o exercício da cidadania nos mais diversos contextos e acontecimentos que poderão ser descobertos nos mais diferentes cotidianos sociais – assim como demonstram as imagens acima.

Desse modo, em concordância com Read (2001), entendemos que para ocasionar o crescimento individual em cada indivíduo, devemos nos desenvolver como unidade orgânica para termos pertencimentos a um determinado grupo social.

Portanto, fazendo-se necessário entender de como o projeto aproxima-se do cotidiano escolar, garantindo a implementação da Educação Ambiental a oferecer uma grande diversidade no ensino-aprendizagem reiterando a relevância desse conteúdo na formação da sensibilização ecológica dos alunos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Educação Ambiental (EA) foi estabelecida em 1965 em uma cerimônia de Educação, proporcionada pela Universidade de Keele, no Reino Unido. Alguns anos depois, em 1972, acontece a conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, sobre o ecossistema humano, onde foi evidenciada a importância de se trabalhar a vinculação entre ambiente e Educação, originando um debate específico de cunho mundial que a dispôs como um tema oficial para a ONU (LOUREIRO, 2004).

Diante dessa oficialização da EA, observa-se no contexto ambiental atual mundial que a população vivencia uma grande crise no meio ambiente. Para isso, Hans Jonas retrata, de forma clara, “nunca houve tanto poder ligado com tão pouca orientação para seu uso. Precisamos mais de educação, quanto menos cremos nela” (MELLO, et al. 2007).

Sendo assim, a EA pode ser compreendida como um procedimento de conhecimento permanente, sustentado pelo entendimento de todas as formas de vida, remanescentes e existentes. Dessa forma, ela se posiciona em acender a construção de sociedades mais justas, ecologicamente harmonizadas, com sua base no companheirismo, atenção e respeito às diferenças (OLIVEIRA, 2000).

Ainda, é Determinada pela Lei Federal nº 9795/1999 – que se utiliza sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências (BRASIL, 1999), como tornando-se “os processos por meio dos quais os sujeitos e a coletividade da sociedade concebem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências orientadas para a conservação do meio ambiente”.

De forma esses processos de conscientização, conservação, observação do meio e o pensar crítico sobre as atitudes tendem a contribuir com o meio educativo e no desenvolvimento de ações e valores para a transformação da sociedade. Para isso é necessário respeitar os objetivos fundamentais previstas em matéria de Educação Ambiental inseridos na Lei 9795/99 em seu art. 5º, que são:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Dessa forma, para que sejam realizados os objetivos mostrados acima é indispensável que haja mais pesquisas, estudos, formações, e debates acerca do tema abordado, com intenção de que ocorra uma melhoria e expansão contínua que resulte na mudança do modo de vida e na mentalidade da população, pois assim, poderemos construir um futuro no qual possamos viver em um ambiente equilibrado, em harmonia com o meio, com os outros seres vivos e com nossos semelhantes.

Assim, por meio desses processos educativos para compreender e desempenhá-los, existem desafios e dificuldades para essa execução da Educação Ambiental como apresenta o Mello, et al:

O desafio proposto para a educação ambiental é compor uma concepção crítica que aponte para a descoberta conjunta de qualidade de vida para as pessoas e, ao mesmo tempo, de cuidar do nosso pequeno planeta. Essa concepção não é apenas uma posição ingênua de respeito à natureza, mas está apta a intervir na atual crise de valores a partir do meio ambiente (MELLO, et al, 2007, p.144).

Fundamentado no descrito, consegue-se observar que a educação ambiental não implica apenas nos saberes da natureza, mas também em todo e um todo que está relacionado com a sociedade e a criação de cidadãos e cidadãs com valores

éticos e morais nos quais advém do senso crítico da EA.

A conferência de Estocolmo é considerada um grande ponto inicial histórico e político internacional, crucial para o aparecimento das políticas de superintendência do ambiente, dado que a partir de então essa temática ambiental conseguiu fazer parte dos projetos e planos políticos de desenvolvimento governamentais.

Logo, se deu início a busca de aplicar a prática do conceito de desenvolvimento sustentável e conduzindo as entidades internacionais a uma boa qualidade de vida onde a Declaração sobre o Ambiente Humano, principal resultado dessa conferência, destaca a importância da conservação dos recursos naturais e de um ambiente saudável para habitar os presentes e as futuras gerações (DIAS, 2003).

No Brasil, nesta mesma década, a partir dos anos 80, o Parecer nº 819/85 do MEC (Ministério da Educação) mostra a importância de poder vislumbrar através dos conteúdos ecológicos na educação básica de maneira integrada por todas as áreas do conhecimento (CÂMARA, 2013; ANDRADE, 2014). Em 1988, foi mostrado pela Constituição da República Federativa do Brasil que concedeu o capítulo VI ao meio ambiente e no Art. 225, inciso VI, onde define ao “poder público, proporcionar a Educação Ambiental em todos os níveis e disciplinas do ensino básico” (BRASIL, 2002, p. 07).

Já em 1992, nas Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizadas no Rio de Janeiro, o congresso RIO-92 organizado pela ONU (BRASIL, 2014), oportunizou o encontro de muitos países que estudaram e discutiram assuntos pertinentes ao Meio Ambiente. Dessa forma, foi introduzida a inserção da Agenda 21, que tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo também com propostas que firmam os compromissos para os desafios do século XXI (Ibid., p.16).

No que se refere à Educação brasileira existe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado. A LDB Lei nº 9.384/96 não aborda diretamente sobre a Educação Ambiental, entretanto possui pontos e objetivos que se relacionam sobre a EA.

Nessa perspectiva, o Art. 26, parágrafo 1º onde aborda sobre o currículo do ensino fundamental e médio devem obrigatoriamente englobar “os conhecimentos do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.” (BRASIL, 1996). E em seu parágrafo 7º a promoção de projetos e pesquisas que envolvam temas transversais no currículo. Já em seu Art. 27. Inciso I, mostra-se algumas diretrizes da educação básica, como a propagação de valores do interesse social, que dizem respeito ao bem comum e a ordem democrática, relacionando-se com a Educação Ambiental como bem comum.

Por fim, no Art. 32, inciso II, expressa que o objetivo do Ensino Fundamental será por intermédio do entendimento do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, tecnologia e outros valores que constituem a sociedade. Nesse sentido, a Educação Ambiental mostra-se presente e de caráter necessário sua inclusão nas modalidades de ensino da Educação Básica, de acordo com a LDB.

Tratando dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) onde se aplicam vários temas que são considerados transversais como a Ética, Diversidade, Cultura, Educação Ambiental etc. (BRASIL, 1997). Sendo assim a EA em se mostrar um tema no qual engloba todas as formas de vida no planeta terra e transformando indispensável sua discussão na escola.

Nesse ponto de vista, consegue-se ver o quanto é importante a inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares como tema transversal, com esse tema incorporado a todas as disciplinas, podemos ter as diferentes dimensões das práticas educacionais, e buscando um novo comportamento de um discente com maior cuidado ao meio ambiente.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, "trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes" (BRASIL, 1997, p. 193).

Tal prática precisa ser implementada com uma certa urgência nas ações dos seres humanos, pois atualmente é notório que os ambientalistas acreditam em uma maior necessidade de se construir uma sociedade ecologicamente mais evoluída que

consiga se tornar uma sociedade mais sustentável, onde os membros serão defensores da natureza. No entanto, em conformidade, consegue-se ver a sociedade crescer cada vez mais, gerando um aumento no consumo de água e na produção do lixo, sendo esse quadro agravado pelas diferenças sociais. (BRASIL, 1997a).

Sendo assim, conforme se mostra nos PCNs, que todos os seres humanos têm padrões de comportamentos em meio às questões ambientais, logo, esses quesitos se relacionam em meio às famílias, amigos e a mídia, que do mesmo modo exercem uma grande influência no público estudantil. Assim sendo, deverão mostrar que os conhecimentos podem trazer debates nas atividades escolares, pois será dessa forma que irão estabelecer relações entre os dois mundos no reconhecimento dos valores expressos por comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 1997b, p. 187).

Contudo, a partir do descrito do que se compreende da EA, de sua origem, de sua relevância e como se encontram os regimentos legais, entendemos que a Educação Ambiental deve ser proporcionada na vida cotidiana e escolar para que se faça entender a mudança, formando o pensamento crítico e construtivo para que as pessoas tenham maior cuidado com o meio ambiente para as futuras gerações.

3.2 ENSINO-APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No Brasil, a Educação Ambiental nem sempre foi um assunto tão fácil de ser trabalhado, pois existem alguns desafios frequentes para a prática e visibilidade da EA, como o pouco interesse dos professores, a falta de materiais didáticos adequados, além das "formas tradicionais de ensino, que dão prioridade aos conhecimentos teóricos, abstratos e informativos em detrimento dos problemas concretos e regionais; e a defasagem de atualização dos docentes em relação aos avanços do conhecimento científico" Bigotto (2008, p.97).

No entanto, é necessário um novo estímulo por parte dos docentes para desenvolverem a EA no ambiente escolar, propondo novas metodologias, práticas e políticas educacionais que relacionem a EA com problemas atuais, pois a EA é um componente que deve estar presente nos currículos e temáticas escolares. Sato

(2002) mostra que a EA pode ser concretizada por meios de experiências interdisciplinares, atividades fora da sala de aula, por meios de projetos que envolvam a comunidade escolar, dentre outras formas que guiam os alunos a reconhecerem a política ambientalista em sua prática social. A autora, ainda, aponta a importância da interdisciplinaridade na EA, que por sua vez, facilita no desenvolvimento de forma interacional e global dos saberes, podendo refletir em novos saberes com mais significado, de modo a enriquecer a aprendizagem e a compreensão de todos aspectos ambientais.

Sendo assim Guimarães (2001) aponta que a percepção integral do ambiente como uma unidade e de seu equilíbrio dinâmico pode ser feita através da prática interdisciplinar. Esta prática se dá através da parceria entre sujeitos e da integração dos aspectos dicotômicos da educação atual tais como conteúdo e realidade, reflexão e ação. A interdisciplinaridade é um esforço na recomposição das múltiplas representações da realidade em um todo único e complexo; e objetiva entender essa complexidade e superar a visão limitada do mundo.

Isto posto, acreditamos que para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem é necessário que o conhecimento apresentado tenha um significado para aquele que aprende, ou seja, é importante que o conhecimento esteja de alguma maneira, integrado à realidade do aluno em questão. Assim como Palmer aponta, ligado nos ideais de Paulo Freire:

A Educação pode nos ajudar a entender o mundo em que vivemos e pode nos tornar mais bem preparados para transformá-los, mas só se conectamos a educação com realidades mais amplas nas quais as pessoas vivem, e com as lutas para alterar essas realidades. (PALMER, 2006, p.164).

Levando isso em conta, é importante destacar que o educador Paulo Freire não desenvolveu obras explicitamente sobre a EA, mas dentre suas contribuições existem importantes relações com a Educação Ambiental, principalmente com a EA crítica. Logo suas concepções dialógicas, críticas e libertadoras são base para outros educadores ambientais.

Dessa maneira, podemos ver na obra “Pedagogia da indignação” Freire (2000) faz um apelo pela luta dos princípios éticos e ao respeito à natureza,

exaltando a ecologia e sua inclusão nas práticas educativas, correlacionados ao caráter radical, crítico e libertador.

Manifestando, então, a vontade em possibilitar uma construção de escolas públicas e privadas, onde a Educação Ambiental esteja presente, para além de um tema transversal, um conhecimento constante e interdisciplinar, que contribua para a construção de um cidadão consciente e crítico em suas compreensões ambientais.

No entanto, na educação escolar, muitos professores sentem dificuldades em desenvolver a Educação Ambiental, por ter uma gama de conteúdo a serem lecionados no ano letivo, o qual deve ser cumprido segundo a grade curricular, e assim, deixando de lado a EA (Segura, 2001).

Ainda é preciso destacar que os professores precisam desenvolver um aluno/cidadão voltado às questões do meio social, pois os problemas ecológicos são reais, e precisamos aprender a lidar com essa realidade, para além dos conteúdos básicos. Assim cabe aos educadores o dever de conscientizar e ensinar sobre a preservação do nosso meio, pois ele faz parte do mundo integral e para isso é imprescindível trabalhar esse conteúdo no cotidiano escolar.

Alicerçado nisso, o ensino da Geografia (SANTOS, 1980) mostra-se ter desempenhado um notável papel na formação dos alunos, quando permite que se trabalhe a leitura dos espaços como um objeto social, ou seja, como uma consequência de uma relação homem-natureza.

A partir do momento que os seres humanos existem, apareceram várias formas de educar, e no que se refere à educação escolar, diversas teorias e linhas de pensamento ampliados a seu respeito, desde sempre sendo objetivado para um meio que seja mais eficaz de maneira a auxiliar no desenvolvimento e conhecimento das pessoas. Assim, Pontuschka (2009, p. 135) confirma que a Geografia possui teorias, métodos e técnicas que podem auxiliar na compreensão das questões e consciência ambientais.

Finalmente, para a EA na Geografia, especificamente para o ensino fundamental anos finais, deve evidenciar procedimentos mais simples em graus de complexidade, se adequando a faixa etária das crianças, e formas mais interacionais, debates entre temáticas de nível local e global, contextualizando com

as realidades dos alunos, promovendo a reflexão crítica e inovadora para a transformação social.

Compreendo, que o ensino da Geografia na promoção da Educação Ambiental pode de fato contribuir na aprendizagem dos alunos, na medida em que forem dadas as condições necessárias à compreensão, sensibilização e atitude dos indivíduos, acerca da relação integrada do ser humano com a natureza, sobretudo com as ações ecologicamente equilibradas. Em direção à uma Educação revolucionária, na medida de renovação e transformação do mundo.

Nota-se, portanto, a importância em perceber que a Educação Ambiental não é um processo imediato, e sim um processo contínuo de aprendizagem e exercício da cidadania e necessita de uma visão crítica da realidade e de uma atuação mais consciente no espaço social (NASCIMENTO, 2012).

4. METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, apresento como base a abordagem qualitativa de pesquisa segundo Minayo.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, M C. 2009, p. 10).

Abarca-se também GEERTZ (2008) que relata que o objeto da etnografia é uma hierarquia estratificada de estruturas significantes, em termos das quais os objetos estudados são produzidos, percebidos e interpretados, “portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas com uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 2008, p.4).

Sendo assim, o método permite ao pesquisador que tenha um contato direto com o acontecimento ou objeto de pesquisa, para além de contextualizar os fenômenos e, deste modo, os resultados atribuíam de ser explorados com base nas interpretações, sendo utilizados para descobrir como as pessoas compreendem e sentem determinados comportamentos, os quais, frequentemente, encontram-se difíceis de serem compreendidos.

Esse tipo de abordagem é habitualmente utilizado em pesquisas das ciências humanas, em educação e entre outras áreas, por motivo de poder de identificação, contextualizar e identificar as ideias do objeto de estudo. Entretanto, o fato de que uma pesquisa se utiliza ou se classifica como qualitativa não obrigatoriamente irá impedir de utilizar técnicas comuns também ao método quantitativo, havendo desse modo propriedades das duas.

A partir disso, seguiremos a pesquisa descritiva, voltada a “descrição densa” que, para Geertz (2008), pode ser percebida como o significado por trás das ações, gestos e situações, compreensíveis para aqueles que estão familiarizados com os signos do grupo social em questão. Com a finalidade de compreender como os sujeitos constituem suas estratégias e práticas de ensino, sem a interferência do pesquisador, desenvolvendo um processo estruturado.

Selecionamos como campo de pesquisa uma Escola municipal de Bonito-PE, na qual tomamos conhecimento que na grade curricular da escola tem a Educação Ambiental como uma disciplina específica e trabalhada uma vez por semana na etapa Fundamental Anos Finais, tornando a escola ainda mais adequada para o prosseguimento da pesquisa.

Como sujeitos da pesquisa definimos professores que ensinam nos anos finais do ensino fundamental: dois professores da disciplina de Geografia e dois professores da disciplina de Educação Ambiental, que trabalham em uma mesma escola pública municipal de Bonito-PE, porém, destaca-se que ambos os professores de Geografia não possuem formação em Licenciatura em Geografia. Na escolha dos sujeitos, uma das professoras selecionadas para a entrevista não aceitou participar da entrevista, então, ao invés de quatro professores participantes da entrevista, tivemos três professores, que apresentamos, a seguir:

Professora 1 (P1) possui idade de 53 anos, formação em Pedagogia, pós-graduação em psicopedagogia, ensina a disciplina de Educação Ambiental, atua como docente há 31 anos; Professora 2 (P2) possui idade de 47 anos, formação em Ciências Sociais, pós-graduação em geografia, ensina a disciplina de Geografia, atua como docente há 15 anos; Professor 3 (P3) possui idade de 51 anos, formação em Licenciatura História, pós-graduação em História geral e em História do Brasil, ensina a disciplina de Geografia, atua como docente há 26 anos.

Logo, as entrevistas foram realizadas no formato digital por plataforma online, em conformidade ao período de pandemia da covid-19. Logo, ao entrevistarmos os professores, transcrevemos todas as falas dos professores. Então as entrevistas tiveram duração de aproximadamente 20 - 30 minutos sem pausas.

Dessa forma, as técnicas de coleta de dados adotadas respeitarão à pesquisa documental, para identificar os saberes ambientais escolar a partir dos documentos curriculares nacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Curricular e o Projeto Político Pedagógico da escola.

Outra técnica utilizada na coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, no qual tomamos base em Triviños (1987, p. 146) que destaca que a entrevista semi-

estruturada tem como particularidade os questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. E tais questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Então, o foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador.

Posteriormente, à realização das entrevistas, os dados obtidos foram transcritos e se procedeu com a análise das mesmas, as respostas às questões das entrevistas semiestruturadas da entrevista, foram analisadas pelo conteúdo.

A técnica de análise de conteúdo reduz a quantidade de informações contida no discurso, filtrando a comunicação de maneira a exaltar os aspectos relevantes ao estudo, ao mesmo tempo em que relaciona a influência do contexto cultural do informante em seu discurso (CHIZZOTTI, 1995).

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dessa pesquisa, que apresenta o trabalho de destaque do município de Bonito-PE com a área de Educação Ambiental, pretende-se compreender como se constitui o trabalho de professores dos anos finais do ensino fundamental na Escola Municipal de Bonito-PE. Para tanto, organizamos a nossa análise nas temáticas: Análise dos conteúdos dos documentos de Educação Ambiental e das Práticas de ensino de Educação Ambiental - desafios e possibilidades. Procuramos, neste momento, delinear as concepções apresentadas nos currículos acerca da temática e das práticas realizadas por professores em favor da Educação Ambiental.

5.1 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DOS DOCUMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

5.1.1 Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais

O primeiro documento a ser analisado são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Tratam-se de documentos publicados em 1988, ou seja, os mais antigos desta análise. Os PCNs são desenvolvidos com o intuito de serem norteadores em apoiar o trabalho docente com um conjunto de recomendações e orientações. Deste modo, é composto por 10 volumes que integram a estrutura curricular brasileira. Sendo assim, iremos analisar os conteúdos propostos para os anos finais do ensino fundamental e conteúdo que abordam a Educação Ambiental.

Nesta perspectiva, a EA encontra-se em dois volumes: volume 4 - Ciências Naturais; volume - 10.3 Temas Transversais - Meio Ambiente. Contudo mostra-se de forma semelhante a orientação a ser desenvolvida como tema transversal.

O tema transversal Meio Ambiente traz a discussão a respeito da relação entre os problemas ambientais e fatores econômicos, políticos, sociais e históricos. São problemas que acarretam discussões sobre responsabilidades humanas voltadas ao bem-estar comum e ao desenvolvimento sustentado, na perspectiva da reversão da crise socioambiental planetária. [...] Em coerência com os princípios da educação ambiental (tema transversal Meio Ambiente), aponta-se a necessidade de reconstrução da relação homem-natureza, a fim de derrubar definitivamente a crença do homem como senhor da natureza e alheio a ela e ampliando-se o conhecimento sobre como a natureza

se comporta e a vida se processa. (BRASIL, 1997, p. 35).

À vista disso, os temas que são transversais se apresentam como importantes, definem-se questões cotidianas nas quais se mostram relevantes para o trabalho de todas as áreas do conhecimento. Tal como reforça Sato (2002) ao afirmar que a EA é um tema interdisciplinar. Com isso, nenhuma área, em separado, pode ser suficiente no que tange para debatê-los inteiramente. Sendo assim, a EA consegue se comportar muito bem nos temas transversais, pois a Educação Ambiental não se caracteriza apenas como uma disciplina ou área do conhecimento entre o currículo das escolas, mas como uma questão cotidiana.

Ainda se destacam para os temas transversais, as práticas da Educação Ambiental que precisam se incorporar com urgência nas ações do ser humano, desenvolvendo uma reflexão dos dias atuais, já que atualmente apresenta-se o mercado econômico como possuidor de uma base de consumo em larga escala, onde usufrui dos recursos naturais, estão se esgotando pelo seu uso excessivo (BRASIL, 1997).

Nesse contexto, se torna indispensável que os educadores dialoguem entre si na construção dessa temática em diversas disciplinas pois, quanto mais se expande o diálogo da temática da EA, a realização do trabalho terá mais efetividade, também ao incentivar que professores de todas as áreas do conhecimento discutem a problemática da EA, faz-se oferecer resoluções diversas de problemas encontrados em várias perspectivas. Desse jeito, os PCNs mostram essa heterogeneidade como importante para a exatidão das informações (BRASIL, 1997b).

Além disso, ao verificar os PCNs, podemos destacar que reafirmam o caráter transversal e interdisciplinar da EA, visto que esta área do conhecimento não deveria ser limitada a uma única disciplina no currículo escolar. Dessa forma, deve-se mostrar sua relevância de forma ampla e abranger todas as disciplinas da educação básica.

Também, os PCNs, de 1997, mostram que os professores precisam ensinar a EA de forma transversal e interdisciplinar para que abranja todas as disciplinas que compõem todo o currículo escolar para que assim os alunos compreendam sua profundidade e imensidão das temáticas. Nesse sentido, Morin (2001), revela que os

professores devem se abrir nas suas disciplinas para a EA aparecer de forma mais fluída e natural, sendo dessa forma trabalhada síncrona e holística.

No que podemos verificar sobre o Meio Ambiente, percebemos que revelam que a escola é um local social no qual deve propor conteúdos que surjam da realidade vivida pelos estudantes, sendo assim, a teoria precisa se conectar às atividades práticas de maneira ampla que abordem a sociedade. Por conseguinte, a instituição pode sugerir que os estudantes tenham práticas como visitas a locais que estejam relacionados ao Meio Ambiente, como também aulas de campo no qual favoreçam o aprendizado da Educação Ambiental. Dessa maneira, a escola proporcionará um contato social em lugares como: parque ambiental, praças, trilhas em unidades de conservação, lugares no qual tenham pertencimento cultural e entre outras atividades que sejam conectadas com o Meio Ambiente Natural (BRASIL, 1997).

Portanto, a escola está comportando o papel de cidadão crítico na vida dos alunos e construindo pensadores que busquem informações nas suas práticas no contexto que a escola o propõe. Logo, é válido destacar que o professor precisa também ter o interesse para poder desenvolver suas habilidades, para que seja compartilhado com os alunos. Destaca-se a importância da capacitação que precisa ser permanente, a fim de ter melhorias sempre (BRASIL, 1997b, p. 189).

Por fim, identificamos que nos temas transversais no que se mostra a relação da questão Ambiental nos PCNs, não se pode expor os benefícios da temática EA em uma disciplina exclusiva, nem também abrigar em um único componente curricular, porém deve-se fazer necessário que seja abordar em outros conhecimentos como os conhecimentos histórico-culturais, nas ciências naturais, sociológicos, econômicos entre outros. Assim sendo, como se discute nos PCNs, a EA deve ser trabalhada de forma contínua e sistematicamente para abranger a integração, mostrando-se ativa em todos os percursos do ensino, desenvolvendo a postura crítica no aluno (BRASIL, 1998).

Assim, diante dos PCNs sobre a Educação Ambiental, em concordância com a sustentabilidade, é um dever estar incluída no dia-dia da comunidade escolar.

Orientando aos professores que ao trabalharem esse tema devem-se formar alunos conscientes, atuantes na transformação da sociedade, de forma comprometida com a vida e o cuidado do bem-estar de todos. Buscando, enfim, a formação de valores ambientais no ensino aprendizagem.

5.1.2 Análise da Base Nacional Comum Curricular

Examinando a BNCC como documento que nasce a partir de negociações nos campos educacionais que formam a educação do Brasil. Logo, se mostra como os princípios em construir percursos de aprendizagem e desenvolvimento podem ter garantia ao direito da educação e determinar objetivos, habilidades e competências para serem alcançados pelos alunos, como a experimentação e desenvolvimento das aptidões de trabalho que iram condicionar formas de acesso no âmbito profissional e acadêmico (BRASIL,2015).

Ao analisar a BNCC quando se observa a temática Educação Ambiental, se mostra com um diálogo esvaziado com poucas referências e sem muitas pautas que discutam a EA e o meio socioambiental, dessa maneira esconde as importantes pautas ambientais que tem grande potencialidade na discussão atual, e quando comparamos com as PCNs a BNCC se torna mais esvaziada, pois nas PCNs se consegue encontrar um capítulo específico sobre o Meio Ambiente, além de incluir também as ciências naturais.

Além disso, ao analisar que os objetivos de grande peso na BNCC – além de serem escassos - não propiciam tantos aos debates socioambientais, e não oferecem tantas oportunidades na integração disciplinar. Sendo, que as questões socioambientais devem ser abordadas pelas ciências naturais e a geografia, dando uma visão aprimorada dos espaços, trazendo mais a temática da Educação Ambiental para discutir os problemas ambientais que se mostram, insuficientes e que expressa minimamente na tomada de posicionamento político, algo que está nos princípios.

Partindo desse ponto de vista, alguns pesquisadores se mostram desanimados quando se trata do tema Educação Ambiental na BNCC, pois no documento ela se apresenta de forma muito escassa. Acerca disso, alguns trabalhos realizados se mostram muito importantes para a discussão, um desses trabalhos podemos trazer a

pesquisa de Galiuzzi, Behrend e Cousin (2018) onde mostram que a primeira procura da palavra Educação Ambiental na BNCC chamou muito a sua atenção, pois aparece apenas na introdução e de forma muito rasa no documento. A Educação Ambiental se mostra na BNCC vazia se for pensar na importância da temática, é algo que nos causa estranhamento.

Ao entendermos quando se discute os anos finais do ensino fundamental, a temática de Educação Ambiental na BNCC se mostra unicamente nos objetivos, onde aparecem as aprendizagens de Geografia, Religião e Artes. Sendo que destacamos que os temas integradores aparecem de forma muito simples nos objetivos de aprendizagem, indicando que possa acontecer uma possível inclusão no ensino dos anos finais do fundamental e para os anos finais, por essa ordem.

(EF01GE04) utilizar linguagens diversas em registros de observações sobre ritmos naturais e experiências ocorridas em seus lugares de vivências. [CD] [EA] (MEC, CONSED, UNDIME, 2016, p. 312 – grifo nosso)

(EF06GE05) analisar alternativas de modos de viver, baseados em práticas sociais e ambientais, que criticam as sociedades de consumo [EA][ES][DHC]. (MEC, CONSED, UNDIME, 2016, p. 456 – grifo nosso)

Em nossa análise percebemos que as práticas pedagógicas de EA precisam adotar uma abordagem crítica e reflexiva, que permita a conexão entre a natureza, a sociocultural, a produção, o trabalho e logo o consumo superando a visão atual naturalista. (MEC, CONSED, UNDIME, 2016).

Simultaneamente, conseguimos observar sobre nossos estudos que não há nenhum debate que haja a concepção ou concepções teórico-metodológicas. Além disso, quando se trata de fazer uma abordagem crítica, o documento se mostra breve e não se encontra conectado ao desenvolver do documento.

Digo na proposta dos temas integradores ou nos conteúdos apresentados, acrescentado a grande déficit dos debates sobre as maneiras em que o tema pode e/ou deve passar os objetivos de aprendizagem em que acontece um adensamento na incompreensão dos objetivos e de seu verdadeiro potencial crítico, porém se

mostra muito contraditório para um documento que pretende sustentar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todo educando.

Paralelamente, é possível observar que não há qualquer debate sobre a concepção ou concepções teórico-metodológicas que podemos estar tratando. A menção a “abordagem crítica” parece mera cantilena que não se conecta ao desenrolar do documento. Seja na proposição dos temas integradores ou nos conteúdos propostos, somada a ausência da discussão sobre as formas que o tema pode e/ou deve atravessar os objetivos de aprendizagem adensa a incompreensão dos objetivos e de seu real potencial crítico, o que parece um tanto contraditório para um documento que visa garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todo educando, em um país cuja base legal aponta que a “(...) Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional” (BRASIL, 1999). Em tempo, esse “vazio” teórico-metodológico não é um privilégio da EA.

Com isso, não poderíamos deixar de investigar os objetivos escritos que dessa maneira aparecem de forma contrária não apenas da legislação no qual define o aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo” (BRASIL, 1999) mas pode ir em desencontro com a própria afirmação feita pelos princípios e objetivos de aprendizagem.

Atualmente, podemos perceber que a BNCC se tornou a grande referência das políticas em que se diz educacionais delineadas pelo Ministério da Educação, em especial quando aconteceu o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff no qual se referência de forma direta nas políticas que são direcionadas na educação e os currículos escolares, à formação dos profissionais de educação, sendo os processos que avaliam as escolas e sistemas de ensino.

Em nossa avaliação das alterações curriculares das escolas públicas e privadas, frisamos uma entrevista com Frigotto a Dickmann, Frigotto e Pertuzatti (2017). A primeira questão a ser levantada a Frigotto foi em relação ao seu posicionamento quanto à BNCC, segundo ele, a BNCC está no inverso, uma vez que “o teor é conservador, é restritivo e é penalizador, uma vez mais, da escola pública. Essas bases são para a escola pública, a escola privada faz o que quer e

não vai fazer isto; lá vai ter tudo isto que se nega, então, esse para mim é o eixo do debate” (DICKMANN; FRIGOTTO; PERTUZATTI, 2017, p.877).

Dessa forma, não apenas acreditamos em que a Educação Ambiental foi totalmente esquecida na BNCC, ou então que os temas no qual se relacionam com as consequências socioambientais não tenham interesse participativo na educação imediata; pelo contrário, entendemos que se trata de uma escolha política que se forma na centralidade no afastamento crítico em que se põe na pauta da educação no que se tange próximas do cotidiano socioambiental das instituições e principalmente as públicas. Logo, em nossa análise nos questionamos o porquê dessa omissão, no qual se mostra em retrocessos em relação ao debate de temas socioambientais?

Por fim, conclui-se que não é possível a adoção de um currículo único em um país com as dimensões territoriais, a diversidade cultural e as profundas desigualdades sociais como o Brasil.

5.1.3 Análise do Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola “X” do município de Bonito-PE foi revisado para a vigência do ano letivo de 2021. Neste documento encontra-se a descrição da cidade de Bonito e a história da escola, de sua criação e das mudanças ao longo dos anos.

Além disso, o PPP enfatiza os valores, competências, objetivos, projetos, ações e missões a serem seguidas pela escola. Lembrando que este documento foi formulado com as especificações emergenciais referentes à Pandemia do Covid-19, assim seguindo a base da educação remota.

Dessa forma, no que se refere a proposta pedagógica para a Educação Ambiental não encontramos uma proposta específica e detalhada sobre a EA, mas podemos localizá-la em outros tópicos durante o documento.

Desse modo, quando analisamos o PPP situamos no tópico de valores, no qual apresenta a “Solidariedade” como um dos valores e ao definirem como “entendida como compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas pelas outras

e cada uma delas por todas e pelo meio em que vivem.” Percebemos essa aproximação referente ao meio que vivemos, um ponto inicial interligado com a EA, na qual assumem essa importância como um compromisso a ser seguido pela escola.

Outro ponto de correspondência com a Educação Ambiental foi identificado no PPP ao citarem as competências gerais definidas e baseadas da BNCC, onde relatam a seguinte competência:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Sendo assim, captamos a ideia da conscientização socioambiental, na qual a escola pretende promover o desenvolvimento desse aspecto, além do consumo responsável e do cuidado com o planeta, compreendidos como dimensões fundamentais para a perspectiva de uma formação educacional no contexto Ambiental atual.

E por fim encontramos a Educação Ambiental no tópico dos “temas transversais e integradores do currículo” do PPP onde aponta a Lei da Educação Ambiental nº 9.795/1999, certificando o trabalho da EA como dimensões necessárias à formação integral dos estudantes apontando essa temática como integradora do cotidiano da escola.

Concluindo que essa temática compõe o Projeto Político e Pedagógico Escolar, e que deve ser concretizada durante o ano letivo. No entanto, ainda que exista, sentimos falta de aprofundamento, ou um planejamento específico com a Educação Ambiental, e de projetos direcionados a esse conhecimento. Então, percebemos que há uma significativa deficiência em seus referenciais teóricos no documento sobre a Educação Ambiental, nem sugestões para se basear no trabalho do desenvolvimento de ações pedagógicas sustentáveis.

Guimarães (2001) reflete que a prática se dá através da parceria entre sujeitos e da integração dos aspectos dicotômicos da educação atual tais como conteúdo e realidade, reflexão e ação é importante no trabalho da EA. Dessa forma, entendemos que os planejamentos referentes a EA poderá ser adaptado a partir das situações da vida real da comunidade e da vivência dos alunos e professores. Mas tais planejamentos não se encontram no PPP.

Assim, a Educação Ambiental não vem sendo detalhadamente e referenciada com informações norteadoras para o desenvolvimento da prática educacional durante o ano letivo, uma vez que o PPP não direciona o trabalho do tema dentre as aulas didáticas, nem em seus projetos e planos de ação. Percebemos por fim que as atividades poderiam ser mais abrangentes já que a Educação Ambiental se encontra como destaque na Educação do Município de Bonito e de suas práticas Ecoturísticas de destaque no Estado de Pernambuco.

5.2 PRÁTICAS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR PROFESSORES DO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Buscamos em nossa pesquisa apresentar as práticas pedagógicas do ensino da Educação Ambiental e os desafios que esses professores enfrentam para lecionar conteúdos a respeito da EA. Destaca-se que esses professores foram das disciplinas de Geografia, Ciências e Educação Ambiental de uma escola do município de Bonito-PE e a importância de compreender qual a influência da Secretaria do Meio Ambiente para as práticas dessa escola da rede pública.

A EA se mostra com relevância para a educação escolar, pois é um espaço que forma novos cidadãos críticos no contexto ambiental. Por isso, iniciamos a investigação perguntando “Como você compreende a Educação Ambiental?” A fim de saber como cada professor compreende a Educação Ambiental, para que eles desenvolvam os saberes ambientais em seus alunos, já que a Educação Ambiental é um tema fundamental para a formação desses novos cidadãos. Dessa forma obtivemos as seguintes respostas:

P1: Veja bem, eu tenho uma dificuldade muito grande de repassar o conteúdo, até porque nós não temos um suporte, então a gente tem

que se virar em pesquisas. Graças a internet eu trabalho hoje alguns textos informativos, sempre trabalhando conservação e preservação, fica nessa questão de conscientizar que é muito difícil. (grifo nosso)

P2: Meu amigo, ela é essencial pra nós e para os alunos, eu não diria tanto quanto mais igual a estudar português e matemática que são as matérias que são mais valorizadas hoje, mas se você não tem para uma criancinha desde pequena a conscientização dela com o meio ambiente, ela vai se tornar um adulto semianalfabeto do meio ambiente.

P3: Veja, como já havia falado eu acho que: uma necessidade muito grande, principalmente a preservação do solo não é isso? E o desmatamento nem se fala, porque eu como adoro a natureza, para mim tudo se inicia a partir da natureza. É isso, então, eu acho que levar o solo e a água do solo que se bota a planta, não é isso? Se foi bem cuidada, a água também vai ser preservada, então eu acho que uma coisa está muito atrelada à outra, então para mim o solo e água são fundamentais.

Ao observarmos as falas dos professores, constatamos que a primeira demonstra ter dificuldades para ensinar os conteúdos de EA, razão pela qual faz busca na internet. Esta mesma professora manifesta ter o entendimento da EA como o trabalho de preservação e a mesma destaca que a questão da importância da conscientização é difícil para ela, além disso, como a P2 complementa levantando um ponto muito importante: não existe a constância da EA no âmbito escolar, visto que P2 apresenta que a conscientização deve ser desde criança, então, dessa forma, conseguimos observar a Educação Ambiental aparecendo de fato poucas vezes na escola. Já o P3 também percebe essas formas de preservação, porém ele tem uma percepção sobre a questão mais física (solo, água e as plantas), e entendemos que vai além disso, como Oliveira (2000) aponta, que a EA deve ser a busca da harmonização ambiental de todas as formas de vida, sem esquecermos que o ser humano faz parte da natureza.

Podemos perceber que como o documento PPP da escola e também a BNCC, dos quais os professores devem tomar base, não se encontram de forma suficiente para o suporte das práticas do ensino da Educação Ambiental, dessa forma, a compreensão das práticas que tais professores demonstram ter e apontam são insatisfatórias, como pode-se perceber na fala de P2, ao afirmar que ainda não

é valorizada tanto quanto outras disciplinas, mesmo que compreendam que a EA seja importante, não tem conhecimento e base suficiente para a construção de uma Educação Ambiental de qualidade. Sendo então uma consequência da não formalização necessária dos documentos. No entanto, temos nos PCNs um direcionamento inicial sobre essa temática transversal onde esses professores poderiam ir em busca, tentar construir suas práticas a partir dela e não só em pesquisas realizadas da internet, como foi apontado, encontrando então um guia inicial de seu trabalho para essa temática.

Na sequência, indagamos aos professores em que ano do Ensino Fundamental a Educação Ambiental deve ser trabalhada, obtivemos as seguintes afirmações:

P1: Ela se inicia aqui na minha escola nos sextos anos, isso é em escola pública porque em escola privada não se trabalha essa disciplina não, ela já está inclusa em ciências, mas deveria ser desde o infantil mesmo... o prezinho deveria começar o trabalho de conscientização e preservação desde pequeno, porque é de pequeno que se faz o grande.

P2: A gente deveria trabalhar como eu te falei, se trabalhasse tudo da base do 1º ano fundamental até o 9º, mas só que para nós, hoje, a gente só trabalha o 6º ano uma hora por semana com Educação Ambiental. Eu acho muito pouco... Você só tem 1 ano na vida do aluno na escola para conscientizar ele sobre Educação Ambiental, a não ser quando a gente pega essa aula de Educação Ambiental e coloca dentro de geografia ou então temos que trabalhar outros dias, né? Mas é só uma vez por semana e uma aula de 45 minutos é muito pouco, né? Uma hora por semana para o 6º ano.

P3: Olha, eu, para falar a verdade, eu acredito que tem que ser trabalhado a partir do início, a partir do sexto ano, quer dizer, eu falo isso em relação ao fundamental 2 que é a área que eu estou, não é isso? Mas eu acho que no fundamental 1, no contexto geral, deveria ser trabalhado desde o início, a criança do primeiro e segundo ano, porque é a partir daí que ela vai vendo a importância que tem o meio ambiente na vida dela e no contexto do globo mesmo, entendeu? No contexto geral, então eu acho que é fundamental que trabalhe desde o início. Eu acho até é ... Eu acho que tem disciplinas que talvez não seja (sic) tão importante quanto o meio ambiente, eu acho. Eu não leciono porque eu não sou da área, mas se fosse a necessidade até porque eu também sou da área de geografia, mas leciono assim já

há muito tempo, mas eu acho que há necessidade, tem pessoas boas que podem muito bem desenvolver esses projetos.

A partir das respostas, entende-se que a EA deve ser trabalhada desde o ensino infantil como coloca o P1, já os P2 e P3 colocam que a EA deve ser trabalhada a partir dos anos iniciais do fundamental, relatando que esse conhecimento é construído desde o início, ao estar em contato com o meio ambiente fará com que os estudantes tenham mais consciência sobre a necessidade de protegê-lo, aprofundado respeitando a medida da faixa etária de cada criança.

Ainda com essas falas, identificamos que P1 fala que em escolas privadas não acontece o ensino da Educação Ambiental em outras disciplinas sem ser a de ciências, e o P3 afirma que não ensina pois não é da área de EA, assim, mostra-se preocupante, pois a LDB afirma que todas as instituições escolares estão comprometidas em ensinar a EA em quaisquer disciplinas do conhecimento, como discutem SATO (2002) e Guimarães (2001), pois, segundo eles, a EA tem caráter interdisciplinar, então, a mesma pode ser um conteúdo de todas as disciplinas, não podendo se limitar a apenas uma disciplina.

Quando a professora P1 afirma que: “em escola privada não se trabalha essa disciplina não, ela já está inclusa em ciências”, contrapõe-se com os PCNs, nestes, a Educação Ambiental aparece como um tema transversal que deve estar em todas as disciplinas e não apenas se concentrar na disciplina de ciências e geografia. Em relação ao período – ano – em que a EA deve ser trabalhada, o PPP da Escola não demonstra muitos resultados que favoreçam a EA, pois no documento apenas mostra como já descrito que a disciplina é transversal e integradora para o currículo do PPP, mas não abarca com mais profundidade questões como em que período - ano - que essa temática será trabalhada, apenas fica uma lacuna no PPP sobre essa discussão.

No exposto vale salientar que na BNCC responsabiliza as escolas o trabalho da conscientização do desenvolvimento da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente e o uso dos recursos naturais indevidamente. Então, o PPP da escola realmente contempla esses temas previstos na BNCC?

Quando perguntados sobre se tais professores trabalharam a Educação Ambiental, apenas a P1 relatou positivamente; os demais responderam negativamente, com as seguintes justificativas:

P2: Não mais! Como a gente é professor do município, todo ano, a gente recebe uma carga horária, então, tem anos que a gente ensina e tem anos que não, e esse ano não estou ensinando.

P3: Não, olhe, Educação Ambiental é pouco explorada na nossa escola, entende? Embora que eu acho que seja uma necessidade enorme com isso você tem contato com essa realidade que está nos dias de hoje precisando tanto ser preservado esse meio ambiente, mas eu acho assim que a escola, eu não falo nem a escola, isso porque quem determina projeto é mais a Secretaria de Educação, eu não tenho se preocupado (sic) muito com isso alguns anos houveram (sic) alguns projetos, mas muito localizados, entendeu? Sem ser uma coisa. É que foi durante o ano todo que precisava disso ou precisa.

Sendo que as respostas se mostram contestáveis, à medida que entendemos a EA como um tema de caráter transversal, como pontua a LDB (1996) e os PCNs (1997), mostrando que deve ser trabalhada em qualquer disciplina com o intuito de ser perpassada durante todo o ano letivo, e ainda podemos perceber que o P3 expressa que a necessidade do contato com o meio ambiente deve ser explorada pelos educandos, assim como MELLO (2007) pontua sobre a importância do contexto ambiental mundial que vivenciamos diante a crise do meio ambiente.

Em seguida, iremos abordar o que os professores acreditam que pode ser desenvolvido no aluno a partir do ensino da EA.

P1: Uma consciência, ele ser mais consciente, com questão de conservação e preservação. que é isso, né? Que a gente trabalha muito, temos sustentabilidade hoje, né? Trabalhar a conscientização deles, e também para que eles repassem para os pais, porque, veja bem, a gente trabalha esses termos com esses meninos, mas de onde eles vêm, a estrutura familiar não tem essa conscientização, da zona rural, a questão de queimadas, de desmatamento e a gente tenta passar isso para eles, se a gente não preservar agora, no futuro não teremos os recursos naturais que nós precisamos para nossa sobrevivência. Então é isso que eu tenho que passar para eles. (grifos nossos)

P2: Pode ser desenvolvido tanta coisa, meu amigo, e o principal: a conscientização deles, né? Nós temos aqui muitos alunos da zona rural, a gente tenta conscientizar esses alunos da zona rural para eles trabalharem de forma consciente onde eles moram.

P3: Eu acho que ele é trabalhado na Educação Ambiental, eu acho que o próprio aluno vai preservar bem melhor a natureza, ele vai até auxiliar os pais que muitas vezes culturalmente não são cultuados, e isso não tem porque. Eu falo isso porque há muito tempo eu vejo nos plantões pedagógicos a qualidade dos pais que nós recebemos e muitas vezes são piores do que os próprios filhos, quer dizer, esclarecendo mais a importância do meio ambiente. Então, eu acho que a criança, ela pode mudar assim até fortaleça.

Logo após, conseguimos destacar que P1, P2 e P3 levantam pontos pertinentes à preservação dos bens naturais aos quais estão inseridos, porque grande parte dos alunos são moradores da zona rural do município. Dessa forma, os professores também acreditam que, a partir do aprendizado da EA, os alunos podem trabalhar a EA em suas casas e ajudar as suas famílias, dado que esses pais são trabalhadores do meio rural e, por conseguinte, a EA irá fortalecer seus saberes do meio ambiente e como lidar melhor com as condições do campo.

Levamos em conta também o que Palmer (2006), a partir de Paulo Freire, revela: que a educação é transformadora de realidades as quais as pessoas vivem, sendo ela, a educação, a principal condição para alterar a realidade e preparar para a transformação do mundo.

Em razão de P1, P2 e P3 trazerem que pode ser desenvolvido com a EA uma consciência de conservação e preservação, e ainda P3 mencionar que os alunos podem fortalecer sua visão de preservação da natureza transpassados para seus familiares e comunidade, observamos que tais afirmações entram em concordância com a BNCC e o PCN.

Visto que na BNCC também reforça e discute maneiras, alternativas e ações de se viver, harmonicamente com o meio que vivemos, concordando com as práticas sociais e ambientais mais adequadas para os dias atuais. E os PCNs nos mostram também, no capítulo de temas transversais, que a EA estimula a consciência ambiental e conseqüentemente, transforma os indivíduos em cidadãos conscientes,

críticos-reflexivos. Ou seja, assumindo a qualificação das falas sobre consciência e conservação ampliados com a EA, abordados pelos professores no desenvolvimento de pessoas críticas e com consciências transformadoras.

Ao perguntarmos aos professores “Como você trabalha Educação Ambiental?”, buscamos compreender como esses professores trabalham o tema para o desenvolvimento do aluno no ensino da EA. Seguem as considerações:

P1: Eu trabalho basicamente com textos retirados da internet e pesquisas que faço em outras fontes como livros de geografia e ciências, tento mostrar imagens também retiradas da internet.

P2: Antes, infelizmente, o antes e o atual tá sendo quase a mesma coisa, o trabalho é só em sala de aula. A gente tem muita área para ser trabalhada. Eu já trabalhei com a Educação Ambiental em outros anos que a gente levou os alunos para a mata e foi um trabalho belíssimo. Eles tiraram fotos de plantas que eles nunca tinham visto, mas não foi nesta escola, foi uma outra escola. Logo, quando foi construída a barragem, a barragem De Prata a gente levou os meninos para a barragem e para a mata que ficava em uma reserva que ficava próxima à barragem e foi muito bom, a gente precisaria muito de um espaço para levar os meninos para a natureza. (Grifo nosso)

P3: Antes eu trabalhava Educação Ambiental em Geografia, mas como agora só trabalho com as turmas do 8º e 9º ano, não trabalho a Educação Ambiental, por causa da grade que não aborda muitos temas, então o que é mais trabalhado são temas da geografia humana, como economia, as geopolíticas e territórios.

Percebemos que o P2 trabalha a EA em sala de aula, porém afirma também ter trabalhado em outros momentos extraclasse, que para P2 era mais proveitoso na construção dos saberes. Também com o trabalho fora da sala de aula, os alunos tinham mais contato com a natureza do seu município que é referência para o Brasil, assim como Guimarães (2001) aponta que sobre o equilíbrio da interdisciplinaridade da EA através da integração da realidade com o conteúdo, no qual traz mais criticidade ao aluno.

Dessa forma, é pertinente citar a Lei orgânica que se refere ao município de Bonito-PE a assumir os direitos da natureza e das águas como lei (PERNAMBUCO,

2019). Logo, P1 mostrou que o trabalho da EA é mais no ambiente escolar, pois usa materiais como livros e a internet para trazer um pouco de lúdico nas aulas como os alunos são dos anos finais do fundamental.

Como P3 afirmou que não trabalha Educação Ambiental, por causa dos anos que ele trabalha, então não aborda. Mas a EA pode ser abordada em temas da Geografia humana, pois a EA instiga o pensamento crítico e interage com a sociedade.

Com isso vale apontar essa percepção de P3 no qual não trabalha mais a EA. Sendo que não apenas se trabalha a EA em conteúdos que sejam das ciências da natureza, porém podem ser abordados nos próprios conteúdos de economia como os impactos negativos que a economia causa no meio ambiente e as formas de consumismo, em geopolítica podem ser ensinadas as questões pertinentes a conflitos por recursos naturais. Sendo assim, vale ressaltar que Ferraro (2005) revela que a importância da compreensão ambiental para os indivíduos entenderem novos comportamentos, que possam moldar futuras atitudes que causam impactos ao meio ambiente natural. Podendo mostrar que outros conteúdos estão completamente inseridos no meio ambiente, pois toda ação humana causa um impacto ao meio ambiente, tanto positivo quanto negativo.

Ainda na fala de P3, identificamos que não condiz com o que os documentos curriculares apontam, por exemplo, nos PCNs, na BNCC e no PPP apresentam a Educação Ambiental como uma temática transversal, que tem como a característica de ser trabalhada em todas as etapas de ensino-aprendizagem, sistematicamente e de forma contínua, para desenvolver a criticidade e valores ambientais nos alunos. Ainda, na BNCC e PCNs, a Educação Ambiental está identificada como um dos objetivos da aprendizagem de Geografia – disciplina em que o professor P3 atua –, contrapondo-se com o que é exposto pelo professor de negar o ensino de EA com sua turma.

Posteriormente, perguntamos quais os recursos didáticos que são utilizados no ensino da EA, para melhor compreendermos como esses professores trabalham a EA.

P1: Os recursos, como eu disse a você, realmente são textos. Na nossa cidade nós temos recursos, nós temos... Como eu posso dizer ... Materiais concretos que a própria Secretaria tem, nós temos mapas, nós temos... Como é que se diz... Reservas ecológicas aqui, visitas que poderíamos levar nossos alunos, mas infelizmente, o ônibus que poderia levar nossos alunos também fica fazendo transporte de alunos da zona rural para a zona urbana. Aí, quando a gente solicita, fica difícil, porque temos aqui reserva do Hymalaia, temos a do Mucuri, o pessoal da Secretaria do Meio Ambiente faz um trabalho excelente, tá entendendo? Mas é para o grupo deles, não para a gente, professor e alunos, aí fica difícil, temos muitos alunos da zona rural que nem tem o conhecimento da riqueza que nós temos, às vezes você fala e eles falam “É de onde é isso, professora? De que lugar?”. Não é de outro lugar, é daqui mesmo, de Bonito, até mesmo a gente, as próprias cachoeiras, temos 7 belíssimas cachoeiras, eu mesmo só conheço duas ou três, e tem alunos aqui que não conhecem de jeito nenhum, eles fazem um trabalho de conservação e preservação, mas nós, professores e alunos, não temos acesso, e fica tudo só no papel, projeto para eles.

P2: Os nossos recursos que utilizo são textos, que muitas vezes são de livros de ciências ou geografia e, algumas vezes, na própria internet. Porque é difícil para a gente conseguir materiais, porém a gente quando olha em torno da nossa escola são muitos materiais que podem ser aproveitados. Como nossas formações são poucas, temos que utilizar o que aprendemos por meio de nossas pesquisas. Quando, também tem o fato de que não temos muito apoio da escola para conseguirmos recursos.

P3: Os recursos são quase zero, não se tem. Para falar a verdade, a verdade é essa, eu gosto da escola, mas não tem, não tem, tipo laboratório, alguma coisa que realmente viesse a incentivar o aluno a tomar gosto pela situação, né?

Apresentando as respostas dos professores relacionadas aos recursos didáticos, o que encontramos foi P2 e P3 concordando na falta de material que a

Secretaria e a escola propõe, e ainda P1 coloca que o município é muito rico quando se trata de riquezas naturais, pois existem diversas cachoeiras e parques naturais, mas poucos alunos conhecem o que tem de meio ambiente natural em seu município. Segundo os PCNs, o contato social, nesses lugares naturais descritos, preenche os alunos de pertencimento cultural, pois as atividades serão conectadas a um meio natural ao qual os alunos vivem (Brasil,1997).

Quando a escola e a Secretaria de Educação não conseguem se aliar para doar mais instrumentos e aumentar a variedade de formas para ensinar a EA, os professores se sentem desestimulados já que alguns na própria formação não tiveram tantas disciplinas para ajudar a lidar com menos instrumentos para emergir os alunos na EA, acaba acontecendo dá EA ser meramente mencionada em datas comemorativas.

A P1 também coloca que a Secretaria do Meio Ambiente realiza alguns eventos, porém são todos voltados para o grupo da própria Secretaria e não para os professores e alunos. Sendo assim, conseguimos observar o distanciamento que acontece entre a Secretaria do Meio Ambiente com as escolas do município, pois não há uma linha de comunicação muito linear, porque a Secretaria de Educação não consegue fazer essa ligação com tanto ímpeto. Dessa forma os professores e consequentemente os alunos são prejudicados, ao momento em que os programas de EA acabam por não acontecer com tanta frequência ao longo do ano letivo.

Como fala P3, os professores gostam da escola, mas são desfavorecidos quando o quesito são melhorias para o ensino da Educação Ambiental que permanece se desencontrando entre as Secretarias e escolas. Mostrando que a comunicação entre as Secretarias e as escolas da rede pública de Bonito não estão alinhadas para que possam trazer melhores condições na Educação Ambiental.

Em síntese, também concordando com Read (2001), ao colocar que para o indivíduo obter o crescimento individual deve desenvolver-se com seu grupo social em que o mesmo pertence, dessa forma vemos a relevância do trabalho formal este pode desenvolver nos alunos do município de Bonito, já que possuem diversos ecossistemas e paisagens naturais que podem ser exploradas, para a

conscientização do cuidado com o ambiente natural, sendo um fator favorável para a comunidade do próprio município sem precisar se deslocar para outras cidades vizinhas.

No que se refere aos livros didáticos perguntamos aos professores “O livro didático é utilizado na construção das aulas de Educação Ambiental?”. Foi dito:

P2: A gente não usa um livro, um livro didático de Educação Ambiental, né? Nós não temos livro, mas a gente pega apoio de um livro de geografia, de um livro de ciências, de um recorte de jornal, e de uma entrevista que passa, porque, frequentemente, você vem para a cachoeira e com acesso à internet que a gente tem agora na escola, né? Fica bem mais fácil a gente colocar um tema, traz os meninos para a biblioteca e manda eles acessarem o celular deles. Então, a gente já consegue trazer uma nova didática que a gente não tinha, que era a utilização da internet na escola.

Com essa fala da P2, os outros professores também entraram em concordância com a maneira que é trabalhado o livro didático. Buscando em outros livros didáticos como de ciências, geografia e outras disciplinas para terem acesso a conteúdo de EA, é dessa forma que se mostra a transversalidade do tema Educação Ambiental que está incluso em todas as disciplinas, como foi dito anteriormente.

Os professores se mostram muito atentos a buscarem informações além dos livros didáticos, procurando na internet para trazer recortes de jornais, matérias, entrevistas e entre outros materiais que podem ser explorados da internet. É através desses recursos alternativos que os professores conseguem tornar as aulas mais interessantes e trazer a EA para o momento atual que vivenciamos para os olhos dos alunos.

Destacamos que, a base curricular nacional (BNCC) poderia vir a contribuir com medidas mais didáticas sobre a Educação Ambiental, para que os professores, além de buscarem recursos alternativos, tivessem um alicerce nacional direcionando às práticas de EA, e conseqüentemente na construção de um PPP mais fundamentado sobre essa temática, enriquecendo ainda mais o ensino e o resultado conscientizador e transformador da Educação Ambiental na educação básica.

Perguntamos sobre “Por que você trabalha Educação Ambiental?”. Neste caso, a pergunta não é feita com o propósito de pôr em questão a credibilidade e a potencialidade técnica dos professores, mas saber quais as motivações que os levaram para o trabalho de EA.

P1: Veja bem, eu trabalho porque me foi dado pela Secretaria de Educação, quando foi dividida a carga horária, certo? Porque minha área mesmo, quando eu fiz o concurso, era para disciplinas pedagógicas já que eu sou pedagoga, né? Mas quando foi extinto o magistério, certo? Eu era concursada na época e não podia ter perdas, aí foram repassadas essas disciplinas para mim: ciências. Aí foram se engajando, e todo ano vão aparecendo novas disciplinas para mim, e uma dessas, Educação Ambiental, que eu acho muito difícil e acho muito chata... Por não ter um suporte... Se eu tivesse um suporte, se eu tivesse formações, talvez seria até melhor transmitir para meus alunos, não só essa área, mas em outras áreas também. Quando eu tenho um suporte, nossas aulas, com certeza, saem mais legais.

P2: Eu, não trabalho mais EA, mas quando trabalhei era porque a Secretaria de Educação dividia a carga horária para os professores. Então, eu tinha que trabalhar, porém, apenas na disciplina de Educação Ambiental.

Com isso, podemos observar que a Educação Ambiental é trabalhada pelos professores apenas quando a Secretaria de Educação a impõe na carga horária, assim como fala a P1 e P2, sendo uma obrigatoriedade, o que posteriormente a P1 afirma que considera uma disciplina chata, pelo fato dessa obrigatoriedade, e pela falta de suporte e formações, fatos que a fazem se desestimular com o ensino dessa temática. Observa-se que o P3 não quis responder a essa indagação.

Ao perguntamos sobre os projetos que foram desenvolvidos pela escola sobre a Educação Ambiental, percebemos que não foi desenvolvido nenhum projeto acerca dessa temática ambiental, mas foi desenvolvido um projeto de conservação do patrimônio escolar como podemos ver nas seguintes respostas:

P1: Nenhum, os projetos aqui só são voltados para português e matemática... A gente teve um projeto de conservação em si na escola, do prédio do patrimônio, até que eles são conscientes, já depredaram mais, hoje, não, mas só aqui mesmo na escola.

P2: Aqui, nessa escola, que a gente trabalha hoje, a gente só tem o projeto de conservação do prédio, que é conscientizar os alunos a não destruir os prédios; não jogar lixo; não jogar papel; não sujar não a escola.

P3: Eu nem me recordo do ano, mas, mais ou menos 2018/2019, ano passado por causa da bandeira não foi desenvolvido nada e esse ano mesmo com retorno às aulas, não aconteceu nenhum projeto voltado para o meio ambiente, de forma alguma.

Identificamos que na fala da P1 que relata que os projetos são mais voltados para Português e Matemática, isso expõe o que o autor Segura (2001) relata: que, na educação escolar, muitos professores sentem dificuldades em desenvolver a Educação Ambiental, por ter uma gama de conteúdo a serem lecionados no ano letivo, ou seja, a EA não é posta como prioridade à frente dos outros conteúdos ditos relevantes como Português e Matemática.

Isso também está exposto no próprio PPP da escola, no qual não tem nenhum planejamento de projetos acerca da EA. Não esqueçamos que, neste ano, grande parte do ano letivo foi realizada de forma remota, dificultando algumas ações de projetos envolvendo a escola. No entanto, não podemos tirar a pertinência que os desenvolvimentos de projetos com essa temática têm na Educação Básica.

Basicamente, para compreender como é a relação da Secretaria do Meio Ambiente e a escola fizemos a seguinte indagação: “A Secretária do Meio Ambiente tem alguma influência para o desenvolvimento das práticas de Educação Ambiental na Escola?”. Esta pergunta possibilita instigar os professores a relatarem experiências desta relação.

P1: Veja, como eu disse a você... Antes da pandemia, eles fizeram um trabalho, não diário, até porque não só tem uma escola de Bonito, né? E a questão do transporte, mas no ano de 2019, eles fizeram um trabalho com a gente das reservas, a questão, assim também, dá água, na nossa cidade a gente tem um problema, nós temos duas barragens, que foram construídas em nossa cidade. Isso você sabe que isso causa um desequilíbrio ambiental muito grande...

P2: Não, assim, umas duas vezes a gente teve a participação de um projeto para reciclagem e foi lá no mercado que o menino tinha que fazer...Recolheram garrafas pet para levar, aí, então, a escola toda participou e todos que participaram, ganharam uma lembrancinha

[...]. Por conta da pandemia, a gente não teve muitos projetos com a Secretaria, faz uns dois anos que a gente não teve nada em relação ao meio ambiente com eles, mas a uns dois anos e meio a gente foi para a reserva com os alunos para conhecer e foi o trabalho de meio ambiente muito bom, até para nós professores mesmo... Foi (sic) poucos alunos, mas para nós, professores, foi excelente porque a gente conheceu um lugar que a gente não conhecia e levou os alunos para lá, eles conheceram as paisagens naturais que são situadas no nosso município, é uma aula prática que a gente tem e que vale por dez aulas em sala de aula.

P3: Deveria, não é isso? Era fundamental que se tenha a delegação da Secretaria de Meio Ambiente que não existe, porém eu, para falar a verdade, se eu vir alguma vez já vi, sim, que alguns professores participaram, mas foram poucos, mas não adianta só estar lá e não colocar nada em prática. Inclusive cheguei na escola como professor de geografia na barragem lá na colônia, é essa que fica em Palmares e aí eu fui conhecer algumas áreas lá. Eu como sou professor de geografia do 9º ano, aí foi preciso que eu estivesse lá, mas ficou só naquilo, entendeu? A escola só faz o que o gestor quer. Houve a mobilização para não construir a barragem, mas não adiantou em nada porque construíram a barragem de qualquer jeito. O povo contra o desmatamento, entendeu? O represamento, esse sábio represamento de uma grande barragem, muitos animais são mortos e as aves acabam adentrando mais ainda na mata nativa que é nossa mata, que é mata atlântica.

Os professores entram em concordância nas suas respostas, destacando-se uma maior proximidade nas respostas dos professores P3 e P1. Chama-se a atenção que P2 afirma também que ainda conseguiu vivenciar projetos que a Secretaria do Meio Ambiente propôs algumas vezes, mas, com o cenário de pandemia, as aulas de campo e todos os outros projetos para a EA não foram realizados, até então. P2 relata que, há dois anos e meio, houve alguns projetos, que levaram os alunos para conhecerem as paisagens naturais situadas no próprio município da escola.

Observa-se que P3 afirma que aconteceram ainda algumas ações por parte da escola para preservar o meio ambiente, quando ele coloca que a comunidade escolar se mobilizou para a não construção de uma represa, pois seria o fim de algumas espécies nativas e conseqüentemente contribuir para o desmatamento da mata atlântica.

Deste modo, Santos (1980) afirma que os alunos tendem a ter melhores desempenhos quando são trabalhados esses momentos de leitura dos espaços na relação homem-natureza, são essas experiências vivenciadas pelos estudantes que ajudam a mostrar a importância das experiências extra escolares.

Reafirmando o que já discutimos sobre as experiências com a EA, mesmo que as experiências da escola sejam importantes, os professores devem sair da zona de conforto para proporcionar atividades remotas incentivando a sensibilização e a criticidade dos alunos para as questões ambientais.

Destacamos, também, que as Secretarias – tanto a que responde pelo Meio Ambiente, como a, pela Educação – deveriam desenvolver informações necessárias para suprir a falta das aulas presenciais, aulas em campo e de materiais que auxiliem os professores no planejamento e desenvolvimento das aulas de EA, nesse contexto atípico que estamos vivenciando atualmente.

Vale lembrar que nas entrevistas com os professores, conseguimos entender a relação da Secretaria do Meio Ambiente com as práticas pedagógicas dos professores. Destacamos a existência de práticas pedagógicas tanto dentro de sala de aula, quanto fora, promovidas pela Secretaria do Meio Ambiente. Porém, tratam-se, apenas, de práticas pedagógicas realizadas em datas comemorativas.

Com essas considerações, vejamos a fala dos professores em relação a formações continuadas relacionadas à Educação Ambiental.

P1: Olhe, veja bem... Hoje, eu leciono ciências, não é realmente a minha área, mas, em Educação Ambiental, que está relacionado às ciências e natureza com a Educação Ambiental, eu creio, umas duas formações, que eu lembre.

P2: A gente tem algumas poucas em Educação Ambiental, mas a gente tem mais em geografia.

P3: Não, não tive formação nessa área.

As formações continuadas são de extrema importância para desenvolver os saberes docentes da EA, e que auxiliam os professores que não tiveram formação nesta área para que possam ao menos compreender mais sobre a EA e consigam

desenvolver melhor o conteúdo com os estudantes e implementar a EA com mais facilidade. Este fato nos remete a Bigotto (2008) ao afirmar sobre a defasagem que acontece na relação de os professores não conseguirem acompanhar os avanços científicos.

Além de que a formação individual de cada professor – mesmo que sozinha – não consegue dar conta das necessidades dos contextos reais e ambientais, sendo, desta forma, um complemento para aliar ao ensino da EA, as escolas devem se preocupar com o desenvolvimento profissional para que haja um melhor aproveitamento e grupos mais críticos e reflexivos diante a um cenário tão emergente que a sociedade vive.

Sendo assim, conseguimos analisar que, nos capítulos que tratam sobre a EA nos PCNs, destacam que os professores precisam se interessar mais pela EA para que possam desenvolver melhor suas habilidades que estão relacionadas ao meio ambiente para que seja partilhado com os discentes. Assim, nos PCNs, destacam que a formação se vale importante e que precisa ser permanente para que haja melhorias sempre (BRASIL, 1997). Na BNCC, como já discutido anteriormente, ela se mostra vazia nas questões da EA, então dificilmente iremos encontrar discussões sobre o tema. E por fim, no PPP da escola, não foi identificado nenhuma discussão pertinente a práticas de formação continuadas promovidas pela EA.

Por fim, além de tudo que já foi mencionado pelos professores sobre as dificuldades presentes no ensino de EA, questionamos se tinham algo a acrescentar sobre os desafios existentes nessa questão.

P1: A falta de apoio, tanto da educação, da Secretaria de Educação, em questão de formações, porque são aulas que deveriam ser mais aulas de campo, o apoio também da Secretaria do Meio Ambiente, já que nós temos, somos uma cidade tão rica, né? A nossa cidade é uma cidade turística, com cachoeiras e reservas, é nesses lugares, nesses pontos que nós, professores, não encontramos apoio, para nossas aulas saírem melhor.

P2: Amigo, a dificuldade que a gente tem em Educação Ambiental é o pouco tempo... Uma aula por semana e só ! O aluno do sexto ano tem acesso a ela, já outros alunos de outra turma não têm, a gente também não tem material em mãos para trabalhar Educação

Ambiental, né? A gente não tem esse material, a gente tem que se virar em outros livros, revistas e imagens da internet para a gente poder trabalhar, como tem a Secretaria do Meio Ambiente. A gente deveria ter um suporte maior para trabalhar com os alunos, o que falta para a gente é um suporte bom, material a gente tem certeza que tem, só que a gente não tem acesso a ele, entende?

P3: Olha, o que eu vejo os professores falando é a questão dos recursos mesmo, entendeu? Os recursos e material prático, né isso? É que eu acho que já que nós temos uma natureza tão belíssima que é aqui, na nossa região, conservação do lado do meio ambiente, daquelas matas e o aluno poderia sim ser deslocado em sala de aula e ter pérolas práticas próximo à natureza.

A questão das maiores dificuldades do ensino da EA, os professores P1, P2 e P3 ressaltam a falta de apoio das Secretarias – como já dito anteriormente –, também destacam que essa falta de interesse das Secretarias e a escola em proporcionar mais aulas práticas, dificultam muito a questão do ensino-aprendizagem dos professores, à vista disso que os mesmos não conseguem desenvolver bem a EA.

Nesse ponto, P2 mostra na fala dela “Uma aula por semana e só! O aluno do sexto ano tem acesso a ela, já outros alunos de outra turma não têm”. Os PCNs também discutem sobre essa dificuldade apontada até anteriormente em outros discursos quando falamos da questão em que devemos colocar a EA em todas as disciplinas de ensino e séries, pois a Educação Ambiental é um tema transversal que pode ser trabalhado em qualquer disciplina do aprendizado.

O P3 discute a questão de ter no seu município uma grande diversidade natural, sendo que não existem tantas práticas das escolas nesses ambientes que podem trazer muitos benefícios sem precisar viajar para longe. No PPP da escola encontramos que a escola não apresenta o detalhamento suficiente de práticas que podem ser feitas próximas dela. O PPP também não apresenta a preocupação com que o trabalho dos temas discutidos nas aulas seja estimulado e direcionado para fora do espaço escolar, impossibilitando a abrangência das atividades da EA.

Partindo do ponto em que os professores precisam desse contato de teoria e prática, no qual os professores relatam que há uma falta muito grande nessa

questão para que os alunos vivenciem mais experiências com o meio ambiente natural, que está muito próximo deles, visto que o município de Bonito-PE é muito rico em diversidades naturais, a escola e as Secretarias poderiam proporcionar mais experiências nos parques ecológicos, sem ser apenas nas datas comemorativas para assim emergir os discentes no espaço que eles vivem e adentrarem mais nos conhecimentos da EA com mais facilidade e ludicidade, possibilitando um aprendizado para a vida.

Portanto, é, neste sentido, que, como professores, precisamos buscar novas informações, conhecimentos e experiências diversas para que o ensino da EA tenha mais diversidade, para que possa evidenciar práticas pertinentes às diferentes abordagens da EA – tanto em sala de aula quanto fora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos possibilitou conhecer com maior profundidade as possibilidades e dificuldades que transpassam as práticas pedagógicas no ensino da Educação Ambiental, por professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental, pois nos propomos a buscar e compreender que ações eram desenvolvidas por esses professores de uma escola municipal de Bonito-PE na oferta de Educação Ambiental crítica.

Sublinhamos algumas dificuldades encontradas com a EA escolar, no contexto investigado: a falta de apoio dado pela escola, a ausência de um planejamento voltado às questões ambientais e a projetos com tema transversal, ou também a falta de recursos oferecidos aos seus docentes. Destacamos que tais dificuldades prejudicam bastante a efetivação das atividades relacionadas à Educação Ambiental. Assim, constatamos que a escola deve adotar novas posturas referentes à Educação Ambiental oferecida em sua instituição, proporcionando projetos e aulas, e desenvolvendo o assunto continuamente e de forma interdisciplinar em toda etapa dos anos finais do Fundamental, respaldado e explicitado em seu Projeto Político e Pedagógico. O tempo curricular deve ser bem planejado e trabalhado.

Dessa forma, reconhecemos as dificuldades que permeiam a práxis docente, inicialmente pela pouca proposta de trabalho em seus planejamentos diários, e na falta de informações especializadas do conteúdo, desde a formação inicial até as formações continuadas, que em nossa compreensão deveriam ser observadas com maior cautela, pois essa barreira impossibilita a efetivação do aprendizado qualitativo do aluno.

Além disso, a EA é a principal mediadora entre o campo educacional e o ambiental, mostrando-se assim as discussões sobre os problemas em que se produzem reflexões. Por isso, a Educação Ambiental precisa ser apresentada no âmbito escolar como uma prática político-pedagógica para assim formar cidadãos, colaboradores do meio ambiente, de forma que se sensibilizem em novas posturas éticas (CARVALHO, 2006).

Já que consideramos que a Educação Ambiental, no âmbito escolar – espaço

necessário e emergente nos dias atuais – é inserida no processo de ensino-aprendizagem que fundamentam e sustentam as ações pedagógicas no cotidiano de todos nós educadores, gestores e educandos. Destaca-se, ainda, que se faz necessária uma mobilização mútua do governo, escolas e comunidades para garantir o futuro sustentável, valorizando o meio ambiente.

Por isso, ao analisar os documentos curriculares – BNCC, PCN e o PPP da escola – conseguimos perceber que a Educação Ambiental se encontra de forma pontuada, mas não se mostra bem aprofundada e explicitada nos documentos, poderiam ser utilizados como orientadores da prática docente. Em razão disso, confirmamos a necessidade de incorporar ainda mais a Educação Ambiental no currículo de nossas escolas e em políticas públicas e nos planos municipais, estaduais e federais de educação, pois o apoio governamental e a formação do cidadão crítico-reflexivo é fundamental nas ações para uma sustentabilidade ambiental. Podemos juntos modificar este quadro.

Por entendermos a importância da participação das instâncias governamentais e secretariados, identificamos que os professores, da escola pesquisada, apontaram uma servidora que trabalha na Secretaria do Meio Ambiente no qual se destaca nas atividades e projetos escolares de Educação Ambiental, mas será que a Secretaria do Meio Ambiente não faz os trabalhos de EA? ou os desenvolvimentos das atividades apenas se concentram nessa mesma servidora em destaque?

Essa ação de dependência concentra atividades voltadas ao meio ambiente em uma única pessoa. Em nossa análise, parece um tanto alarmante, pois se a Secretaria não consegue agir de forma mais precisa na prática da EA, os eventos e as manifestações de EA no ensino formal e não formal acabam a se dissipar e/ou não chegar com tanta precisão e clareza no seu público de educadores que irão trabalhar com seus educandos.

Um dos pontos positivos que identificamos na entrevista dos docentes, é que todos demonstram ter a compreensão de que a Educação Ambiental é muito importante para todos os indivíduos da sociedade e que deve ser trabalhada desde a educação infantil, que também deve ser desenvolvida em aulas extraclasse, que explorem o campo e todos os espaços ambientais de Bonito-PE, pois o município tem

uma potencialidade muito grande para o estudo e trabalho de campo, pelo seus ecossistemas e recursos naturais, enriquecendo ainda mais o trabalho a ser desenvolvido da Educação Ambiental nas escolas. Apesar dos professores apontarem a constante falta de transporte, ou o mau funcionamento, sugerimos um diálogo com a prefeitura e suas secretarias para a resolução desse problema, ou o desenvolvimento das aulas em suas próprias comunidades sem precisar de grandes deslocamentos, podendo assim promover nos alunos e também nas comunidades por meio da vivência toda a conscientização e criticidade sobre a EA.

Por isso, acreditamos que a pesquisa se aproximou de como é produzida a Educação Ambiental no município de Bonito-PE e entendendo como a Secretaria do Meio Ambiente do Município desenvolve essas práticas da EA nas escolas, mostrando como é a realidade dos professores que ensinam EA.

Nesse contexto, percebemos que as práticas demonstradas pelos professores ainda são insuficientes para o ensino-aprendizagem de uma Educação Ambiental crítica. Nesse sentido, a Secretaria de Educação junto à gestão e à docência podem desenvolver formações continuadas acerca da EA, a fim de proporcionar conhecimentos condizentes para melhores práticas na educação.

A atual pesquisa contribuiu no sentido de conhecer alguns possíveis obstáculos e alternativas relacionadas ao ensino-aprendizagem e a não participação das Secretarias de Meio Ambiente e a de Educação que impactam negativamente na efetividade da Educação Ambiental escolar. Sugere-se, para estudos futuros, trabalhar com a percepção ambiental dos professores. Logo, acredita-se que conhecer com profundidade a percepção ambiental dos professores pode contribuir para o planejamento de ações que visam à implantação de uma Educação Ambiental crítico-transformadora.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D M. **A educação ambiental como função social da escola na perspectiva da lei 9.795/99**. 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG, 2014.
- BEHREND, Danielle Monteiro; COUSIN, Cláudia da Silva. Galiazzi, Maria do Carmo. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O QUE SE MOSTRA DE REFERÊNCIA À EDUCAÇÃO AMBIENTAL?** 2018.
- BIGOTTO, A. C. **Educação ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, p.97, 2008.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04/10/2021.
- BRASIL. **Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso: 22/02/2021
- BRASIL. MEC. CONSED. UNIME. Base Nacional Comum Curricular, segunda versão revista 2016. < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf> >. Acesso em: 21/12/2021
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde: Ensino de primeira à quarta série**. Brasília: MEC/SEF, 1997a.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente: Ensino de quinta à oitava série**. Brasília: MEC/SEF, 1997b. Acesso: 27/11/2021
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>>
- Base Nacional Comum Curricular: 1ª versão. Brasília: MEC, 2015. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciência Humanas e Sociais**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CÂMARA, B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de sociologia e política**. Curitiba, PR, v. 21, nº 46, p. 125-146, jun. 2013.
- CARVALHO, Renato G. G. Cultura global e contextos locais: A escola como instituição possuidora de cultura própria. **Revista Iberoamericana de Educação**, v. 2, 29 ed., 2006.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 2003.
- DICKMANN, I.; FRIGOTTO, G.; PERTUZATTI, I. Currículo integrado, Ensino Médio Técnico e Base Nacional Comum Curricular: Entrevista com Gaudêncio Frigotto. **Revista e-Curriculum**. v. 15, n.3, p.877, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/30272>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR / IBAMA, 1994.
- FERRARO, L. A. (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA. Diretoria de Educação Ambiental. 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos**. São Paulo:UNESP, 2000.

- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- FOLHA DE PERNAMBUCO. **Bonito-PE muda política ambiental para dar mais direitos aos rios**. 2018.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, p.4, 2008.
- GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental na Educação**. 4º ed. Campinas, SP:Papirus, 2001.
- KONDER, L. **O Futuro da Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1992.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. Teoria Crítica. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Coord.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- LOUREIRO, C.F.B. **Trajectoria e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MELLO, Soraia Silva de. Ministério da Educação. Departamento de Educação Ambiental. Unesco. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, 2007, p. 144 e p. 248.
- MINAYO, M. **Pesquisa social**. Teoria: método e criatividade. (Câmara Brasileira do Livro. SP, Brasil). 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF. 1997
- NASCIMENTO, PATRÍCIA BRANCO do. Educação Ambiental. Gestão Ambiental. Núcleo de Educação a Distância. Centro Universitário de Maringá. Maringá-PR, 2012.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVEIRA, E.M. de. **Educação Ambiental: uma possível abordagem**. 2. Ed. Brasília, DF: IBAMA, 2000.
- PALMER, J. A. (coord); PINSKY, Mirna (trad.). **50 Grandes Educadores Modernos de Piaget a Paulo Freire**. São Paulo, Editora Contexto, p.164, 2006.
- PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. **Constituição do Estado**. Recife, 1999. PERNAMBUCO. **CAP 4, do meio ambiente**. Art. 236, de 03 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/animaiscomdireitos/wp-content/uploads/2020/05/lei-organica-bonito-pe.pdf>. Acesso: 26/08/2021
- PHILIPPI Arlindo Jr., PELICIONI Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2. Ed rev. E atual. Barueri, SP: Manole, 2014. (Coleção ambiental, v. 14).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO-PE. **Dados do Município**. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-bonito-pe.html>> Acesso em: 10/10/2021.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, Escola Municipal Presidente Tancredo Neves, Bonito - PE, 2021.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI. Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- READ, Herbert. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins e Picosque Fontes, 2001.366 p.
- SANTOS. M. **Por uma nova Geografia Nova**. 2. ED. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.
- SEGURA, Denise de S. Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da**

curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p.146, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado com professores do ensino fundamental anos finais.

- 1) Você já teve alguma formação continuada sobre Educação Ambiental?
- 2) Há quanto tempo você exerce a profissão de magistério?
- 3) Quais os anos do ensino fundamental que você atua?
- 4) Você trabalha Educação Ambiental?
- 5) Como compreende a Educação Ambiental?
- 6) Como você trabalha Educação Ambiental?
- 7) Por que você trabalha Educação Ambiental?
- 8) Qual a frequência que você leciona Educação Ambiental?
- 9) Você usa recursos didáticos no ensino da Educação Ambiental? Se sim, quais e como os utiliza?
- 10)Quais os projetos que a escola ofereceu durante o ano letivo com a temática Educação Ambiental?
- 11)Que resultados obtiveram esses projetos produzidos?
- 12)Você participou de algum projeto? Quais?
- 13)Você acredita que a Educação Ambiental deve ser trabalhada em que ano do ensino fundamental? Por quê?
- 14)O livro didático é utilizado na construção das aulas de Educação Ambiental? Se sim, como? Se não, por quê?
- 15)O que você acredita que pode ser desenvolvido no aluno a partir do ensino da Educação Ambiental?
- 16)A Secretária do Meio Ambiente tem alguma influência para o desenvolvimento das práticas de Educação Ambiental na Escola? Caso sim, qual?
- 17)Quais as dificuldades você tem encontrado no ensino da Educação Ambiental?